


REPRESENTAÇÕES DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.427162518112>

Júlia Silveira Matos

Professora Doutora da Universidade Federal do Rio Grande e coordenadora do
Laboratório de Pesquisa e Ensino em Didática da História- LAPEDHI- FURG.
<http://lattes.cnpq.br/9702327766711105>

Darcylene Pereira Domingues

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História
pela Universidade Federal de Pelotas- UFPEL.
<http://lattes.cnpq.br/1116806849100317>

Gilvania Lopes Villar

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela
Universidade Federal do Rio Grande- FURG.
<http://lattes.cnpq.br/3047394128279885>

RESUMO: Este artigo analisa a representação da Ditadura Civil-Militar brasileira em livros didáticos de História do 9º ano do Ensino Fundamental aprovados no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD/2021. A partir de uma abordagem qualitativa, ancorada na Didática da História, foram comparadas duas coleções amplamente utilizadas em escolas públicas. Por meio de quadros comparativos e análise temática, identificou-se que há diferenças significativas entre as obras no que diz respeito à profundidade dos conteúdos, ao uso de fontes históricas e à abordagem crítica das memórias do período. Os resultados apontam que, enquanto uma das obras favorece a formação da consciência histórica por meio de atividades reflexivas e análise de documentos, a outra ainda se sustenta em uma narrativa factual e limitada. A pesquisa reforça a importância de materiais didáticos comprometidos com os princípios democráticos, a pluralidade de memórias e os direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Didática da História. Ditadura civil-militar. Livro didático. Consciência histórica.

Representations of the Brazilian Civil-Military Dictatorship in Textbooks: An Analysis from the Perspective of History Didactics

ABSTRACT: This article analyzes the representation of the Brazilian civil-military dictatorship in 9th-grade history textbooks approved in the 2021 PNLD cycle. Based on a qualitative approach anchored in the field of History Didactics, two widely used textbook collections in Brazilian public schools were compared. Through comparative charts and thematic analysis, the study identified significant differences between the books regarding content depth, use of historical sources, and critical engagement with the period's memory. The findings show that while one textbook fosters historical awareness through reflective activities and source analysis, the other maintains a more factual and limited narrative. This research highlights the importance of educational materials committed to democratic values, memory plurality, and human rights.

KEYWORDS: History Teaching. History Didactics. Civil-Military Dictatorship. Textbook. Historical Consciousness.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar as representações da Ditadura Civil-Militar brasileira construídas nas narrativas dos livros didáticos de História voltados ao Ensino Fundamental, aprovados no Plano Nacional do Livro Didático – PNLD/2021¹. A escolha deste objeto de estudo se insere no campo do Ensino de História, com ênfase na Didática da História, ao reconhecer que os livros didáticos não apenas funcionam como instrumentos de mediação pedagógica, mas também como suportes de narrativas historiográficas específicas. Dessa forma, esses materiais articulam, simultaneamente, discursos didáticos e historiográficos, tornando-se fontes privilegiadas para a análise das formas pelas quais o saber histórico é escolarizado.

A Ditadura Civil-Militar brasileira, que perdurou de 1964 a 1985, foi um regime autoritário instaurado após um golpe militar que depôs o então presidente João Goulart. O regime foi caracterizado pela repressão política, censura, tortura e desaparecimentos forçados, além de uma forte repressão a movimentos sociais e organizações de esquerda. Esse período histórico, que se estende por mais de duas décadas, é fundamental para a compreensão da formação política, social e cultural do Brasil contemporâneo, cujas repercussões ainda são sentidas nas instituições e na sociedade.

1. O Plano Nacional do Livro Didático – PNLD é o maior programa brasileiro de avaliação e distribuição gratuita de livros didáticos e materiais paradidáticos para a educação pública em vigor atualmente.

Diversos autores têm se dedicado à análise crítica desse período, destacando suas complexidades e impactos. Entre eles, podemos citar nomes como Rodrigo Patto Sá Motta, Carlos Fico e Marcos Napolitano, entre tantos outros, que discutem tanto a estrutura do regime quanto os processos de resistência e as consequências para a sociedade brasileira. A historiografia sobre a Ditadura Civil-Militar é rica e multifacetada, sendo abordada sob diferentes perspectivas, incluindo as de vítimas da repressão, militantes, intelectuais e jornalistas que resistiram ao regime.

A importância de ensinar sobre a Ditadura Civil-Militar na Educação Básica é inquestionável. Esse período histórico, apesar de ter ocorrido nas décadas de 1960 a 1980, ainda reverbera na política e na sociedade brasileira. Ensinar sobre a ditadura não é apenas uma questão de memória histórica, mas de formação crítica e cidadã. Compreender os mecanismos autoritários que marcaram esse período e as formas de resistência é essencial para que os estudantes desenvolvam uma consciência histórica capaz de identificar e combater práticas autoritárias no presente. Além disso, a abordagem da Ditadura Civil-Militar contribui para a valorização dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a construção de uma sociedade mais democrática e plural.

Por meio dos livros didáticos, é possível não apenas transmitir o conteúdo factual sobre o período, mas também incentivar os estudantes a refletirem sobre as diversas formas de representação desse período histórico e a analisarem criticamente as fontes utilizadas para construir as narrativas. Portanto, ao problematizar as representações da Ditadura Civil-Militar nos materiais didáticos, podemos contribuir para uma educação mais consciente, inclusiva e comprometida com os princípios da democracia e da cidadania.

Neste sentido, dialogamos com os referenciais teóricos da Didática da História, campo que busca compreender os processos de apropriação e reconstrução do saber histórico no contexto escolar, considerando os modos de aprendizagem do conhecimento histórico pelos sujeitos em formação. De acordo com Rüsen (2001), a Didática da História deve promover a formação de uma consciência histórica capaz de articular experiências passadas, interpretações do presente e projeções de futuro. Já para Schmidt (2008), trata-se de pensar o Ensino de História como um campo de disputas de sentido, no qual diferentes temporalidades, memórias e narrativas são mobilizadas.

A discussão apresentada neste artigo se ancora nas reflexões desenvolvidas pelos pesquisadores do Laboratório de Pesquisa e Ensino em Didática da História (LAPEDHI), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Fundado em 2012, o LAPEDHI constitui um espaço de investigação e formação voltado à análise crítica das práticas e discursos do Ensino de História. O laboratório desenvolve atividades

integradas aos cursos de graduação em História (Licenciatura e Bacharelado), bem como ao Programa de Pós-Graduação em História, com ênfase em Ensino de História, promovendo o diálogo entre teoria historiográfica, prática docente e formação cidadã.

A seleção dos livros didáticos como objeto de análise justifica-se por sua ampla distribuição em território nacional, por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o que confere a esses materiais uma centralidade no cotidiano das escolas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, onde muitas vezes constituem o único recurso disponível ao professor.

Historicamente, o livro didático surgiu como instrumento de transmissão de saberes já na Idade Média, sendo utilizado em mosteiros para o ensino cristão. No entanto, foi apenas com a Revolução Francesa que passou a ser concebido como ferramenta sistematizada para a alfabetização e a instrução pública. No Brasil, conforme Matos (2013), o uso do livro didático remonta a 1839, passando por distintas reformulações ao longo do tempo, em consonância com mudanças nos projetos político-educacionais. Durante o Estado Novo, sob a presidência de Getúlio Vargas, os livros didáticos foram utilizados como instrumentos de divulgação de ideologias de Estado, fenômeno que se repetiu em outros períodos autoritários da história brasileira.

Na contemporaneidade, os livros didáticos são regulados e avaliados por políticas públicas específicas, como o próprio PNLD, que estabelece critérios para a seleção de obras com base em propostas teóricas, metodológicas e didáticas, atualmente alinhadas às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada desde 2017, após vários debates e três versões serem discutidas. Esse processo evidencia a complexa rede de relações que envolve autores, editoras, políticas públicas e demandas escolares na produção desses materiais. Como destaca Bittencourt (1993), o livro didático é, ao mesmo tempo, produto cultural, mercadoria e instrumento pedagógico, sendo atravessado por disputas de memória, identidades e interpretações históricas.

Ainda nesse sentido, Bittencourt (1993) analisa o livro didático como um artefato cultural e pedagógico que reflete e, ao mesmo tempo, condiciona as formas pelas quais o conhecimento histórico é ensinado e aprendido. Os livros didáticos não são meros repositórios de conteúdos, mas produtos de processos sociais, políticos e econômicos, atravessados por interesses estatais, editoriais e acadêmicos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atualmente, também se insere nesse debate ao propor uma organização por competências e habilidades, impactando diretamente as abordagens temáticas e metodológicas no Ensino de História. Essa diretriz influencia a seleção dos conteúdos nos livros didáticos aprovados pelo PNLD, configurando uma padronização nacional que, ao mesmo tempo em que busca equidade, pode limitar abordagens mais críticas e plurais da História.

Assim, ao investigar as representações da Ditadura Civil-Militar brasileira nos livros didáticos, buscamos compreender de que forma essas narrativas são construídas, legitimadas ou silenciadas, e quais os efeitos dessas escolhas sobre a formação da consciência histórica dos estudantes. Tal análise, ancorada na Didática da História, permite problematizar os modos pelos quais o passado é mobilizado no espaço escolar e contribui para pensar propostas pedagógicas mais críticas, plurais e emancipatórias. Nesse ínterim, segundo Matos:

Todas as expectativas desses agentes são parte fundante da forma e do conteúdo dos livros didáticos. Por isso a autoria dos livros didáticos se apresenta de modo singular em relação às demais produções historiográficas (Matos, 2013, p. 13).

Nessa perspectiva, o presente texto foi estruturado em, primeiramente, debater as políticas de regulamentação e seleção dos materiais didáticos e as transformações ao longo do tempo. Posteriormente vamos apresentar nossa análise da representação da Ditadura Civil-Militar brasileira nos livros didáticos de História.

Dessa forma, a presente pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva crítica da Didática da História, compreendendo os livros didáticos como elementos centrais na construção das narrativas históricas escolares e, portanto, como objeto legítimo de análise para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem da História.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com base na análise documental de livros didáticos de História aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e distribuídos para escolas públicas de Ensino Fundamental em todo o território nacional. A seleção dos exemplares foi orientada por critérios como: abrangência regional, pertinência ao tema e circulação recente, considerando obras aprovadas nos últimos ciclos do PNLD.

A análise do conteúdo foi conduzida a partir da perspectiva da Didática da História, buscando identificar os discursos historiográficos e pedagógicos presentes nos textos, imagens, atividades propostas e nos recursos gráficos utilizados para tratar dos da representação da Ditadura Civil-Militar nos livros didáticos de História selecionados. Como referencial de análise, mobilizaremos categorias como *representação histórica*, *narrativa escolar* e *consciência histórica*, conforme proposto por autores como Rüsen (2001), Schmidt (2008) e Bittencourt (1993).

A leitura crítica dos materiais também foi orientada pelas diretrizes curriculares da BNCC e pelas orientações do próprio PNLD, considerando como essas instâncias influenciam as escolhas temáticas, a abordagem dos conteúdos e a construção de sentidos históricos nos livros didáticos.

OS LIVROS DIDÁTICOS E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

Os livros didáticos de História são, na maioria das vezes, um recorte didático a respeito de diferentes sociedades e relações construídas ao longo de um período histórico. Todavia, observando a sociedade atual, podemos notar que estamos sujeitos às classes dominantes e suas retóricas sobre o discurso histórico. A influência da visão eurocêntrica, por exemplo, exportada através do processo de globalização e reforçada pela predominância cultural dos Estados Unidos, pode ser observada em diversos aspectos da nossa educação, incluindo a formação dos professores de História e a produção de materiais didáticos.

Compreendendo a relevância dos conteúdos, destes manuais didáticos, figuras como Getúlio Vargas desde o início de seu governo já controlavam estes livros devido ao poder da informação. Historicamente os materiais didáticos tiveram sua criação em 1938, por meio de decreto-lei nº1006, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), onde foi estabelecido a primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no país. Nesse sentido, Sonia Miranda e Tânia Luca, contribuem com a seguinte trecho:

Naquele contexto, a despeito da diversidade de projetos políticos e culturais, reservava-se à educação lugar privilegiado na formação da nacionalidade, tarefa assumida pelo Ministério da Educação e Saúde, que não descuidou do controle do material educativo utilizado pela população escolar. Nesse sentido, a educação constituiu-se em veículo privilegiado para introdução de novos valores e modelagem de condutas, sobretudo com base nos mecanismos prescritivos no campo do currículo e do material instrucional, dentre os quais o livro didático emergia como peça ideológica fundamental, que desempenha importante papel estratégico na difusão dos valores apregoados pelo regime (Miranda; Luca, 2004. p.124-125).

Em seguida podemos ver nítidas mudanças nos livros didáticos no período ditatorial, livros esses que não eram de fato progressistas², para além da criação dos livros de educação moral e cívica. Durante este período de ditadura em nosso país, onde predominou a censura, a repressão política, violação dos direitos humanos e as perseguições a opositores políticos, os livros didáticos de História passaram por reformulações e todo e qualquer material considerado subversivo ou que questionasse a ordem estabelecida pelo regime era eliminado.

Segundo Miriam Campos (2023), as políticas implementadas a partir de 1960, com a criação da Comissão do Livro e do Livro Didático (COLTED), tinha como objetivo, estimular a expansão da indústria do livro didático, e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) também criado no mesmo ano, tinha a responsabilidade de produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo. Como justifica a autora:

Destacamos, com isso, que, o livro didático, sobretudo as diretrizes para sua produção e distribuição, durante o tempo de atividade da COLTED e da FENAME nas décadas

2. Progressista nesse caso é utilizado de forma irônica remetendo ao significado tradicional iluminista.

de 1960 e 1970 fizeram parte da política de expansão escolar baseada, entre outros pilares, na efetivação da obrigatoriedade escolar na faixa de 7 a 14 anos de idade. Até essa época, os preços médios dos livros didáticos eram um fator determinante para o aumento das taxas de evasão escolar, afinal, o seu valor de capa era alto para a maioria da população e pesava como um dos fatores que dificultavam o acesso das classes populares a educação formal, ou no limite da sua permanência na escola. (Campos, 2023. p. 37).

Podemos observar, a partir do que Campos discorre, que o livro didático não era de fácil acesso como atualmente, e que apenas uma parcela privilegiada de nossa sociedade tinha acesso, devido ao seu custo a população de classe baixa não conseguia manter seus filhos nos ambientes escolares. Mas a partir de 1985, esse cenário se modifica, com a criação do PNLD, que tinha como objetivo a aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do Ensino Fundamental. Segundo Matos nos aponta:

O programa Nacional do Livro Didático foi criado, como já referido, em 1985, entretanto, somente adquiriu a função de aquisição e distribuição ampla dos livros didáticos para as escolas públicas a partir de 1995. A preocupação dos educadores nesse momento era possibilitar novas produções de livros didáticos livres da ideologia autoritária do governo militar (Matos, 2020. p.70).

Em concordância com o pensamento de Matos, podemos notar que o PNLD assumiu uma das mais importantes políticas públicas educacionais, e que a cada ano vem ampliando suas diretrizes. Ainda sobre isso, Matos (2020, p.72) afirma que “em 1997, o PNLD atendia apenas os alunos do Ensino Fundamental, em 2002, o PNLD passou a atender os alunos do Ensino Médio e a partir de novembro de 2009, da Resolução nº60, tornou-se uma política de Estado”.

O Plano Nacional do Livro Didático-PNLD foi instituído oficialmente em 1985, mas com origens que remontam ao início do século XX, como demonstrou Matos (2020). Entretanto, ainda de acordo com Matos (2020), o sistema de ampla distribuição gratuita das obras didáticas para todo o sistema público de ensino brasileiro somente passou a ocorrer a partir de 1996. O PNLD desempenha um papel central na garantia do acesso a materiais didáticos para milhões de estudantes da educação básica em escolas públicas, sendo também um reflexo das disputas pedagógicas, políticas e ideológicas que atravessam a educação brasileira.

Segundo Matos (2020), as origens e implantação do PNLD pode ser rastreada ainda nos anos 1920, quando o governo federal passou a manifestar preocupação com a uniformização do ensino e a necessidade de controle sobre os conteúdos veiculados nos livros escolares. Contudo, conforme discutido por Faria (2008), foi apenas com a criação da Campanha do Livro Didático (CALD), em 1938, e a posterior fundação da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), em 1966, que se instituíram políticas mais estruturadas de distribuição e produção de livros didáticos.

A implantação do PNLD, em sua forma atual, ocorreu em 1985, no contexto da redemocratização brasileira. Vinculado inicialmente ao então Ministério da Educação e Cultura (MEC), o programa na sequência passou a ter o objetivo de fornecer gratuitamente livros didáticos aos alunos da rede pública, corrigindo desigualdades de acesso ao material escolar e promovendo um padrão mínimo de qualidade pedagógica. Desde então, o programa tem sido executado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) em articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Forma de Execução do PNLD O PNLD é estruturado em ciclos trienais ou quadrianuais, com a previsão de aquisição de livros para as diferentes etapas da educação básica: anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e educação infantil (incluída mais recentemente). A execução do plano envolve três grandes fases:

- Produção e inscrição das obras por editoras, conforme os editais públicos lançados pelo MEC, que definem os critérios pedagógicos, gráficos e ideológicos que as obras devem seguir;
- Avaliação das obras didáticas, conduzida por especialistas vinculados a universidades públicas e centros de pesquisa, contratados para elaborar pareceres técnicos;
- Escolha das obras pelas escolas, por meio do Sistema PDDE Interativo, no qual as equipes pedagógicas selecionam os livros que serão adotados com base nos resumos dos pareceres e nos critérios internos da unidade escolar.

O programa garante a distribuição gratuita dos materiais escolhidos, incluindo não apenas o livro do aluno, mas também o manual do professor e, em edições mais recentes, objetos digitais de aprendizagem.

O aspecto mais inovador e debatido do PNLD é, sem dúvida, seu sistema de avaliação das coleções. Cada edital publicado pelo MEC contém uma matriz de avaliação pedagógica que orienta os avaliadores em critérios como:

- Conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Adequação à faixa etária e ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes;
- Qualidade da abordagem metodológica e interdisciplinar;
- Atualização dos conteúdos e inserção de temáticas contemporâneas (como diversidade, direitos humanos, sustentabilidade, etc.);
- Representações visuais, linguagem e inclusão de diferentes grupos sociais (etnia, gênero, classe);
- Possibilidade de desenvolvimento do pensamento crítico.

Como aponta Matos (2020), o sistema de avaliação do PNLD consolidou-se como um dos mais avançados do mundo em termos de regulação e garantia de qualidade do livro didático, embora não esteja imune a críticas quanto à padronização dos materiais e ao papel centralizador do MEC no processo de escolha.

No entanto, apesar de sua robustez, o PNLD enfrenta desafios importantes. Entre eles, destacam-se: a dependência das editoras comerciais, que mantêm grande influência sobre o mercado educacional; o risco de politização dos editais e pressões ideológicas na escolha de conteúdos; e a dificuldade das escolas em exercerem uma escolha autônoma e qualificada, sobretudo em regiões com menor infraestrutura.

Para pesquisadores como Munakata (2012) e Bittencourt (2008), é preciso ampliar o debate sobre o papel do livro didático na formação crítica dos estudantes, garantindo que o PNLD não apenas assegure o acesso, mas também estimule a pluralidade de ideias e o protagonismo docente. A avaliação das coleções deve continuar sendo aperfeiçoada, com maior transparência nos pareceres, formação continuada para os professores que participam da escolha, e ampliação do diálogo com as demandas locais das redes de ensino.

Em dezembro de 2017, o Ministério da Educação aprovou a Resolução CNE/CP nº 2, onde institui e orienta a implementação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica. A Base é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas em todos os níveis - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio - no Brasil. Aqui apresentamos as competências específicas da área de História para o Ensino Fundamental citadas na BNCC:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BNCC, 2017, p. 402).

Assim, podemos observar quais as competências que norteiam o documento da BNCC sinalizando as competências e habilidades necessárias tanto para os alunos, como professores e o material didático. Logo, o livro didático deve fornecer os conteúdos exigidos no currículo nacional e presentes posteriormente nos editais de seleção o PNLD, além de possibilitar ferramentas e metodologias para o professor utilizar em sala de aula.

Nesse sentido, ambos os programas têm um impacto significativo no Ensino de História brasileiro, influenciando diretamente o ensino e a aprendizagem nas escolas do país e buscando promover uma educação de qualidade, inclusiva e que atenda às necessidades e aos direitos de todos os estudantes.

A REPRESENTAÇÃO DA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Há de fato uma questão problema ao falarmos dos livros didáticos e estamos nas últimas décadas aprofundando a visão crítica acerca deles, mas não podemos cair no erro de demonizar e culpabilizar em decorrência das problemáticas que o seu uso gera. É importante ter um olhar crítico sobre esse material observando as lacunas e principalmente suas potencialidades para o Ensino de História.

Quando falamos sobre livros didáticos, se faz necessário antes debatermos a relevância de uma aprendizagem histórica mais significativa, e que esteja voltada à construção de uma consciência histórica. Pois bem, dentro da perspectiva da memória social é através da sociedade, dos seus históricos de vida e socialização que os valores dos indivíduos são construídos, fazendo com que esses valores não existam nas coisas em si e sim sejam atribuídas a elas. Nildo Viana (2006, p.08) argumenta que “os valores não são, por conseguinte, produtos naturais” e traz uma discussão muito pertinente sobre como esses valores são atribuídos:

As classes sociais, entre outros grupos sociais, acabam criando o seu processo seletivo derivado de sua constituição própria de valores, sentimentos etc. Assim, quando grupos oprimidos recordam Spartacus, o gladiador que liderou a rebelião escrava na Idade Antiga, isto se deve aos valores destes grupos sociais. Outros grupos sociais também acabam manifestando lembranças coletivas, expressão de sua memória social. (Vianna, 2006, p.08).

Portanto, podemos aferir que a construção da memória é um processo coletivo, porém isso não necessariamente significa que é popular, mesmo as memórias ditas como não-oficiais possuem influência direta da classe dominante. E por compreender que o período da Ditadura Civil Militar brasileira foi um período de forte repressão e censura é necessário abranger a importância da construção desses valores, principalmente pelo perigo do esquecimento e um esvaziamento no material didático. Tal fato ocorre, como explica o autor, por conta de um mecanismo de defesa

pois “os sentimentos também são fundamentais para a ativação da memória” e tal mecanismo é “a luta do ego contra afetos e ideias consideradas dolorosas”.

Como Bodo Von Borries (2018) nos alerta, a *burdening history* são histórias que causam sentimentos possivelmente difíceis de lidar onde com frequência as gerações posteriores nascidas em determinados locais estão intrinsecamente relacionadas a esse passado e que “sociedades- têm suas continuidades não ditas, verdades autoevidentes, respostas e tradições socialmente desejadas, transferidas pela socialização (como uma herança)” (Borries, 2018, p.34). E mesmo que nenhuma dessas gerações posteriores possa herdar tal culpa, pode, porém, herdar as consequências e os custos de tal momento histórico pesado.

É ao desenvolver esse raciocínio que Borries (2018) e Viana (2006) se encontram, pois dentro da perspectiva da história sensível, a vergonha é considerada um problema para a apreensão das histórias difíceis, pois seria um “sentimento muito forte e desconfortável” e que justamente por essa razão “a tentação de evitar a vergonha via negação/recusa do crime também é forte” tornando então:

A tarefa mental de reconciliar-se com histórias difíceis (no sentido de crimes graves cometidos por seu próprio lado no passado) - em um país, uma família ou uma instituição - é um pouco complicado, demorado e um fardo mental. A solução produtiva inclui a admissão dos crimes cometidos; o manejo e refletir- e evitar- - 2 tentação de negar ou esquecer, a rejeição de qualquer culpa pessoal, enquanto distancia-se dos perpetradores e reconhece responsabilidade (liability); lidar com sentimentos de vergonha e ainda mais com as expectativas ou demandas para sentir vergonha feita por outros (Borries, 2018, p.36).

O autor destaca também qual seria o adequado para as jovens gerações em sociedades que têm continuidade com períodos de grandes crimes e que a assimilação dessa história não:

Implica simplesmente internalizar a história contada por avós, pais, autoridades e o estado. Em vez disso, eles têm que refletir, estudar, comparar, analisar e decidir por si mesmos quando lidam com interpretações históricas e a sua própria orientação os sentimentos também são fundamentais para a ativação da memória. O amor, o ódio, o ciúme, a inveja, a solidão, entre outros sentimentos, são elementos que constroem os indivíduos a realizarem recordações. Os sentimentos são potencialidades que também possuem uma formação social (Borries, 2018, p.36).

De mesmo modo, Viana (2006) nos lembra, através do pensamento de Halbwachs que existe uma multiplicidade de memórias e que um mesmo grupo social pode ter diferentes lembranças. Porém, muitas vezes, a memória predominante vai ser determinada pelos interesses da classe dominante, como por exemplo, o enaltecimento de atos ou figuras específicas e o apagamento de outras. Algo que perdurou durante muito tempo nos materiais didáticos brasileiros e que após diversas políticas e leis implementadas, vimos novos grupos sociais serem incluídos tanto nos livros como na historiografia.

Dando sequência Viana (2006, p. 10) afirma que por mais que a classe dominante use sua posição social e hegemonia cultural há uma luta pela memória, seja através da historiografia, do senso comum ou do que ele chama de pensamento complexo e complementa com o pensamento de Adorno “o esquecimento facilita a reprodução”. E como pontua Bentivoglio:

Boa parte do esquecimento...é muitas vezes, produzidas por políticas e práticas deliberadas, por meio das quais determinados grupos e indivíduos com interesses específicos ocultam certos atores, ações e eventos. Trata-se de um tipo particular de esquecimento, mediante o apagamento de rastros (Bentivoglio, 2020, p. 161).

Portanto, devemos fazer o uso da recordação para evitar a repetição. Além disso, não se pode ignorar o livro didático enquanto um reprodutor de ideologia, conforme Jörn Rüsen (2001), os pesquisadores de fato interessados devem fazer questão de que suas pesquisas mais atualizadas estejam nos livros didáticos. É através dele que chegamos de forma democrática em todas as classes sociais, precisamos disputar esses espaços visando destituir eles do revisionismo e reducionismo através da multiperspectividade. Pois entende-se que a forma com que vamos ensinar essas histórias vão influir diretamente na atribuição de valores e sentido para as novas gerações e esse é um passo importante para lidar com a responsabilização que devemos aos nossos antepassados.

A partir dessa discussão conceitual, a análise dos livros didáticos selecionados revelou a presença de discursos historiográficos específicos na abordagem do tema Ditadura Civil-Militar, selecionado para análise, o qual foi tratado de forma distinta a depender da obra, do ano de publicação e da orientação teórico-metodológica adotada pelos autores. Ainda que os livros pertençam ao mesmo ciclo do PNLD, observa-se uma pluralidade de estratégias narrativas e didáticas, revelando disputas e negociações em torno da memória e da História ensinada.

Na representação narrativa didático-historiográfica da Ditadura Civil-Militar notamos uma tendência à simplificação dos conflitos políticos e sociais envolvidos, com ênfase em personagens centrais e ausência de vozes dissidentes. Tal abordagem pode limitar a formação de uma consciência histórica crítica, pois privilegia uma leitura linear e institucionalizada da História, sem estimular a problematização dos processos históricos. Destacamos que a ausência do conflito como categoria analítica reduz a possibilidade de os estudantes compreenderem a historicidade dos sujeitos e dos acontecimentos.

Por outro lado, algumas obras trazem elementos que dialogam com pressupostos da Didática da História ao propor atividades reflexivas, questões que demandam posicionamento argumentativo e análise de fontes históricas diversas.

Assim, a representação da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) nos livros didáticos aprovados no ciclo do PNLD 2021 evidencia avanços no tratamento de temas como repressão política, resistência e redemocratização. No entanto, persistem lacunas significativas em relação à pluralidade de memórias, ao papel das elites civis no golpe de 1964 e às permanências autoritárias na sociedade brasileira. A análise concentrou-se em dois livros amplamente utilizados na rede de municipal de Ensino Fundamental da Cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, que são: *Projeto Araribá – História* (Editora Moderna, 2021) e *História: Sociedade & Cidadania* (Editora FTD, 2021).

Os quadros a seguir apresentam uma análise comparativa entre dois livros didáticos aprovados no PNLD 2021, utilizados no 9º ano do Ensino Fundamental, no que se refere à representação da Ditadura Civil-Militar brasileira. A abordagem considerou a profundidade temática, a presença de fontes históricas e a articulação com a memória e a cidadania.

Tema	Projeto Araribá (Moderna)	Sociedade & Cidadania (FTD)
Contexto do golpe de 1964	Simples descrição	Contextualizado com fontes
Papel das elites civis	Não mencionado	Explorado com fontes
Atos Institucionais (AI-5)	Mencionado brevemente	Análise detalhada
Censura e repressão	Mencionado	Explorados com imagens e documentos
Tortura e desaparecimentos	Mencionado de forma genérica	Inclui depoimentos e contextualização histórica
Movimentos de resistência	Breve citação	Exemplos concretos e contextualizados
Comissão Nacional da Verdade	Ausente	Trechos do relatório analisados
Abertura política / Diretas Já	Mencionado	Comparações entre regimes políticos
Disputas de memória / negacionismo	Ausente	Mencionado de forma crítica

Quadro 1 – Representação temática da Ditadura civil-militar brasileira nos livros didáticos do PNLD 2021

Fonte: Elaboração própria a partir dos livros didáticos analisados (PNLD 2021).

Conforme o Quadro 1, o livro *Projeto Araribá* apresenta um tratamento mais tradicional, com explicações descritivas, pouca problematização das fontes e ausência de temas sensíveis como as disputas de memória ou a Comissão da Verdade. Já *Sociedade & Cidadania* adota uma abordagem mais reflexiva, incorporando

documentos, imagens, trechos de depoimentos e propostas de atividades investigativas. Essa diferença está diretamente relacionada ao compromisso com o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica (Rüsen, 2001; Schmidt, 2008).

Tema	Projeto Araribá	Sociedade & Cidadania
Golpe de 1964	2	3
Elites civis no golpe	0	2
Repressão (AI-5, censura, tortura)	2	3
Resistência política e cultural	1	3
Comissão da Verdade	0	2
Abertura política e Diretas Já	2	3
Disputas de memória	0	2

Quadro 2 – Frequência e profundidade temática (pontuação de 0 a 3) nos livros analisados

Fonte: Elaboração própria com base em análise qualitativa dos conteúdos temáticos (PNLD 2021).

A pontuação reflete a profundidade da abordagem de cada tema, considerando a presença de fontes históricas, imagens, propostas de análise crítica e atividades reflexivas. Ainda com o objetivo de demonstrar o comparativo que ilustra a profundidade temática com que cada livro didático abordou aspectos da Ditadura civil-militar brasileira apresentamos o gráfico a seguir.

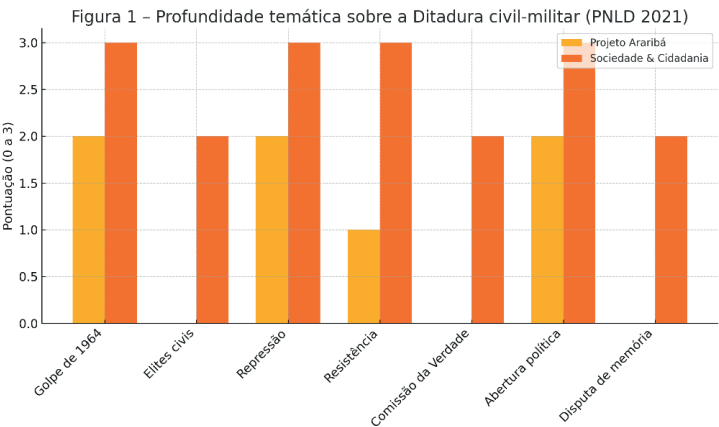


Gráfico 1:

Fonte: Elaboração própria com base em análise qualitativa dos conteúdos temáticos (PNLD 2021).

Como vemos, a predominância de abordagens mais críticas e reflexivas em *Sociedade & Cidadania* mostra alinhamento com os princípios da Didática da História, sobretudo ao incentivar a análise de fontes, o confronto de diferentes perspectivas e a articulação entre passado e presente. Já o *Projeto Araribá*, apesar de abordar os principais marcos históricos, mantém-se próximo a uma narrativa linear e factual, pouco engajada na problematização da memória e dos legados autoritários.

Segundo Bittencourt (1993), os livros didáticos funcionam como instrumentos de seleção e veiculação de narrativas históricas legitimadas. Sua análise revela não apenas escolhas pedagógicas, mas também opções políticas sobre o que deve ser lembrado, esquecido ou silenciado. A ausência da Comissão da Verdade e do debate sobre o negacionismo histórico em alguns livros aponta para uma despolitização da história recente, o que pode comprometer a formação cidadã dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos livros didáticos aprovados no ciclo do PNLD 2021, destinados ao 9º ano do Ensino Fundamental, revela tanto avanços quanto permanências na forma como a Ditadura Civil-Militar brasileira é representada no Ensino de História. A partir dos quadros comparativos elaborados, observou-se uma diferença significativa na profundidade temática, na escolha das fontes e na intencionalidade pedagógica entre as obras analisadas.

O livro *História: Sociedade & Cidadania* se destaca por demonstrar um compromisso mais sólido com uma abordagem crítica e reflexiva. Ele incorpora documentos históricos, depoimentos de vítimas da repressão, trechos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade e propostas de análise que favorecem a formação da consciência histórica dos estudantes. Essa perspectiva está alinhada aos princípios da Didática da História, uma vez que promove a leitura do passado em estreita conexão com o presente e estimula o desenvolvimento do pensamento histórico por meio da problematização e da interpretação de fontes. A obra visa proporcionar aos alunos não apenas o conhecimento factual, mas também a capacidade de questionar e entender as dinâmicas históricas de maneira mais profunda.

Em contraste, a obra *Projeto Araribá – História* adota uma abordagem mais tradicional, centrada na exposição de eventos e personagens principais, mas com uma exploração limitada das múltiplas memórias e experiências do período ditatorial. A ausência de temas fundamentais, como o papel das elites civis, os efeitos duradouros do autoritarismo e as disputas de memória, revela uma abordagem predominantemente conteudista que restringe a compreensão crítica da história recente. Essa perspectiva, embora válida em algumas situações, carece de uma análise mais ampla que permita aos estudantes refletir sobre as complexidades do período e suas repercussões atuais.

A comparação entre as obras destaca a importância de considerar não apenas os conteúdos presentes nos livros didáticos, mas também a forma como esses conteúdos são mediados, contextualizados e trabalhados com os estudantes. Nesse sentido, o Ensino de História deve ultrapassar a simples exposição de fatos e se comprometer com um papel formativo, voltado para a promoção da cidadania, da democracia e da justiça social. É fundamental que os materiais didáticos incentivem a reflexão crítica e o entendimento das diversas dimensões da história, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Por fim, é fundamental ressaltar a relevância de estudos que problematizem os materiais didáticos sob a ótica da Didática da História. Tais investigações são essenciais para qualificar a prática docente, fortalecer a formação crítica dos estudantes e consolidar um ensino comprometido com os direitos humanos, com a valorização da pluralidade de memórias e com o reconhecimento das diversas vozes históricas. A reflexão constante sobre os livros didáticos contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e capaz de promover um entendimento mais justo e complexo da história recente do Brasil.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura, anistia e reconciliação. Estudos Históricos, vol. 23, n. 45, janeiro-junho 2010, p.171-186.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de & WEIS, Luís. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras. 1998, p. 319-409.

BENTIVOGLIO, Julio. Políticas e Práticas de esquecimento em um país sem memória: Enredamentos da Ditadura Militar no Brasil. In: FREDRIGO; GOMES. Fabiana de Souza, Ivan Lima: **História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.p 161-181

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese de doutorado em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e saber escolar. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, Ofício do Historiador**. 2º edição 1997, Edição brasileiro 2002, Jorge Zahar Editor Ltda,

BORRIES, Bodo Von. **Jovens e a Consciência Histórica**. Organização e tradução Maria Auxiliadora Schmidt; Marcelo Fronza; Lucas Pydd Nechi. 1. reedição. Curitiba: W.A. Editores, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017. Disponível em : **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Ministério da Educação (mec.gov.br)**. Acesso em 21 de abril de 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/MEC/pt-br/assuntos/noticias/bncc>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CAMPOS, Miria Aparecida da Silva. Livro Didático para todos: as políticas da COLTED e da FENAME e sua participação na criação e distribuição dos manuais escolares da educação Moral e Cívica. Ribeirão Preto, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-26032024-104915/publico/DissertacaoMiriaASilvaCampos_corrigida.pdf . Acesso 21 de abril de 2024.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. POLÍTICAS DE REGULAÇÃO, PESQUISA E PEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL, PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1013-1038, Especial - Out. 2005.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

GIANNOTTI, José, Arthur. **A Universidade em ritmo de barbárie**. 3º edição. São Paulo. Ed. brasiliense. 1987.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir. A educação como prática de liberdade**. tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, Ed. WMF Martins munakata

LIBÂNEO. José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 13º edição. São Paulo. Cortez Editora. 2011.

MATOS, Maria Izabel de. História e historiografia do livro didático no Brasil. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 89–106.

MATOS, Júlia Silveira. **Ensino de História, Diversidade e os Livros Didáticos**: história, políticas e mercado editorial. Rio Grande: Editora FURG, 2013.

MATOS, Júlia Silveira. **Ensino de História e Livros Didáticos**: história, políticas e mercado editorial. 2ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MIRANDA, S. R., Luca, T. R. de. (2004). **O livro didático de história hoje**: um panorama a partir do PNLD. Revista Brasileira De História, 24(48), 123–144. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000200006>

MUNANGA, Kabengele. GLÓRIA, Maria. et al. **Superando o racismo na escola**. 2ª edição, Brasília. Editoras. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. Pro-Posições | v. 23, n. 3 (69) | p. 51-66 | set./dez. 2012.

RUSEN, Jorn. **Jorn Rusen e o ensino de história**. Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt; Isabel Barca; Estevão Rezende Martins - Curitiba: Ed. UFPR, 2011
VIANA, Nildo. **Memória e Sociedade**: uma breve discussão teórica sobre memória social. Espaço Plural, vol. VII, núm. 14, enero-junio, 2006, pp. 8-10 Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Brasil

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Perspectivas da consciência histórica e da Aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros. Revista Tempos Históricos. Vol. 12. 1º semestre de 2008, pp. 81-96.